

Jetons: a ausência mais bem remunerada do mundo

Há quem ache que os parlamentares ausentes não deveriam receber. O debate sobre o tema está aberto

RUY FABIANO
Da Editoria de Política

O tema não é novo: o ócio remunerado dos parlamentares e dos servidores públicos do primeiro escalão. Ele voltou à tona, levantado, há dias, pelo presidente do Senado, José Fragelli. Preocupava-o a ausência de senadores nas sessões, o que sobrecarrega a pauta de votações e expõe a instituição ao desgaste da opinião pública.

Ele certamente imaginou que estaria inovando, ao procurar os microfones e as câmeras de rádio e TV e ameaçar: "Os jetons serão cortados". Jeton é uma gratificação extra, que deveria ser paga somente aos que comparecem às sessões plenárias. Não é. Todos a recebem, estando em plenário, em casa ou na praia. Fragelli não supôs que estaria mentando num vespertino. Seu colega Ulysses Guimarães, presidente da Câmara pela segunda vez — portanto mais experiente —, fingiu ignorar enquanto pôde o discurso de Fragelli. Ambos, porém, chegaram a uma conclusão comum — pelo menos é a que vigora até aqui: nada a fazer. Nada mesmo?

O debate está aberto. E não se restringe à esfera do Legislativo. Alcança também o Executivo, onde é comum a semana de três dias para os ministros. Há argumentos de defesa. Um deles: o parlamentar e o ministro estarão exercendo sua função onde quer que estejam. Se estão nos Estados, estão ocupados no indefectível "contato com as bases". Se estão no exterior, estão "em missão oficial". Se estão em casa, estão "examinando processos ou projetos".

É possível. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, escolheu um local bastante bucólico para "contatar com as bases". Sua fazenda, na cidade mineira de Três Pontas. Cercado de vacas, bois e bezerros, ele, que deixou Brasília há mais de duas semanas, avisa: não tem prazo para voltar. O Ministério está entregue à gestão do Secretário-geral. A despreocupação do Ministro é procedente. Ausente ou presente, seu salário estará preservado — ao contrário do que ocorre com os demais servidores públicos.

MORDOMIAS

A questão dos salários, contudo, é apenas, como se diz, a ponta do iceberg. Afinal, os salários, com todas as vantagens, não chegam a ser expressivos. Um ministro de Estado — incluída a representação da função — recebe, bruto, Cr\$ 11 milhões, 526 mil. Líquidos: Cr\$ 8 milhões, 924 mil. O senador recebe um pouco mais: Cr\$ 13 milhões,

822 mil. Mas com um detalhe: não desconta Imposto de Renda. E ainda: desse total, quase Cr\$ 8 milhões resultam de jetons (a parte fixa do subsídio é de Cr\$ 2 milhões, 704 mil).

O deputado é o mais bem remunerado: recebe Cr\$ 22 milhões e não paga Imposto de Renda. Mesmo assim, esses salários — dos ministros e dos parlamentares — não chegam a ser expressivos, se comparados, por exemplo, com os dos altos executivos das empresas privadas (ou mesmo estatais). O filé mignon está nos ganhos indiretos, popularmente apelidados de mordomias. Além do que está nos contracheques, eles têm direito à moradia gratuita, franquia telefônica e postal, gasolina, passagens aéreas, gabinetes e funcionários.

O ministro da Administração, Aluizio Alves, tão logo assumiu, empunhou o discurso moralizante da Nova República e prometeu banir as mordomias. Como exemplo de ostentação e malversação dos recursos públicos, exibiu às câmeras de TV os luxuosos interiores das faustosas mansões da Península dos Ministros. O impacto junto à opinião pública — que sabia desse esbanjamento apenas de ouvir falar — foi tremendo. Alguns ministros — como Aureliano Chaves, Fernando Lyra, Paulo Lustosa — desistiram mesmo de residir no Lago. Preferiram os apartamentos funcionais do Plano Piloto.

E Aluizio, triunfante, transformou-se na vestal da Nova República. Chegou mesmo a atrair-se com outros colegas que já residiam nas mansões, como os ministros militares, o do Trabalho e das Relações Exteriores. Durou pouco, porém, o seu apetite: hoje, ele reside numa confortável mansão com piscina, em plena Península, onde comemorou com um banquete, domingo passado, seu aniversário, prestigiado pela presença do presidente Sarney.

Aluizio e Fragelli não são políticos ingênuos ou inexperientes. Sabiam das reações que seriam despertadas. Não imaginavam, po-

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) faz parte do grupo que defende o corte dos jetons. Ele é intransigente: "não há o que discutir: o jeton é uma gratificação por comparecimento ao plenário. Quem está ausente não pode recebê-lo. Esta é a lei. O resto tem outro nome".

rém, que elas fossem mais fortes que o apetite moralizante da Nova República. Até aqui, são. E eles recuaram, temendo comprar brigas incômodas. Preferem continuar severos nos escalões inferiores. Aluizio restringiu a devassa aos imóveis funcionais dos servidores públicos de carreira, punindo algumas malandragens, mas muitas viúvas e aposentados. Fragelli desidratou o contracheque dos servidores do Senado.

Quanto aos jetons, ele, no final da semana, já ensaiava um discurso diferente. Dizia que o parlamentar ausente estaria, "de alguma forma", trabalhando. Não disse como. Nem lhe

“Há um artigo da Constituição que simplesmente cassa o mandato do senador ou deputado que falte a mais de um terço das sessões ordinárias. Se aplicado ortodoxamente, cassaria mais gente que todos os generais-presidentes da Velha República”.

foi perguntado — não adiantaria nada.

O senador Odacir Soares (PDS-RO) exhibe mais argumentos que Fragelli. Diz ele que a atividade parlamentar não se esgota, nem se resume às reuniões do plenário. "Elas são apenas uma das muitas vertentes da rotina parlamentar", diz ele. E exemplifica: "Como membro da Comissão de Segurança Nacional do Senado, visitarei, com meus companheiros, de 19 a 21 de agosto, a convite do Ministro do Exército, as instalações militares do 1º Exército. A visita é fundamental para os trabalhos de avaliação que a comissão faz a respeito da neces-

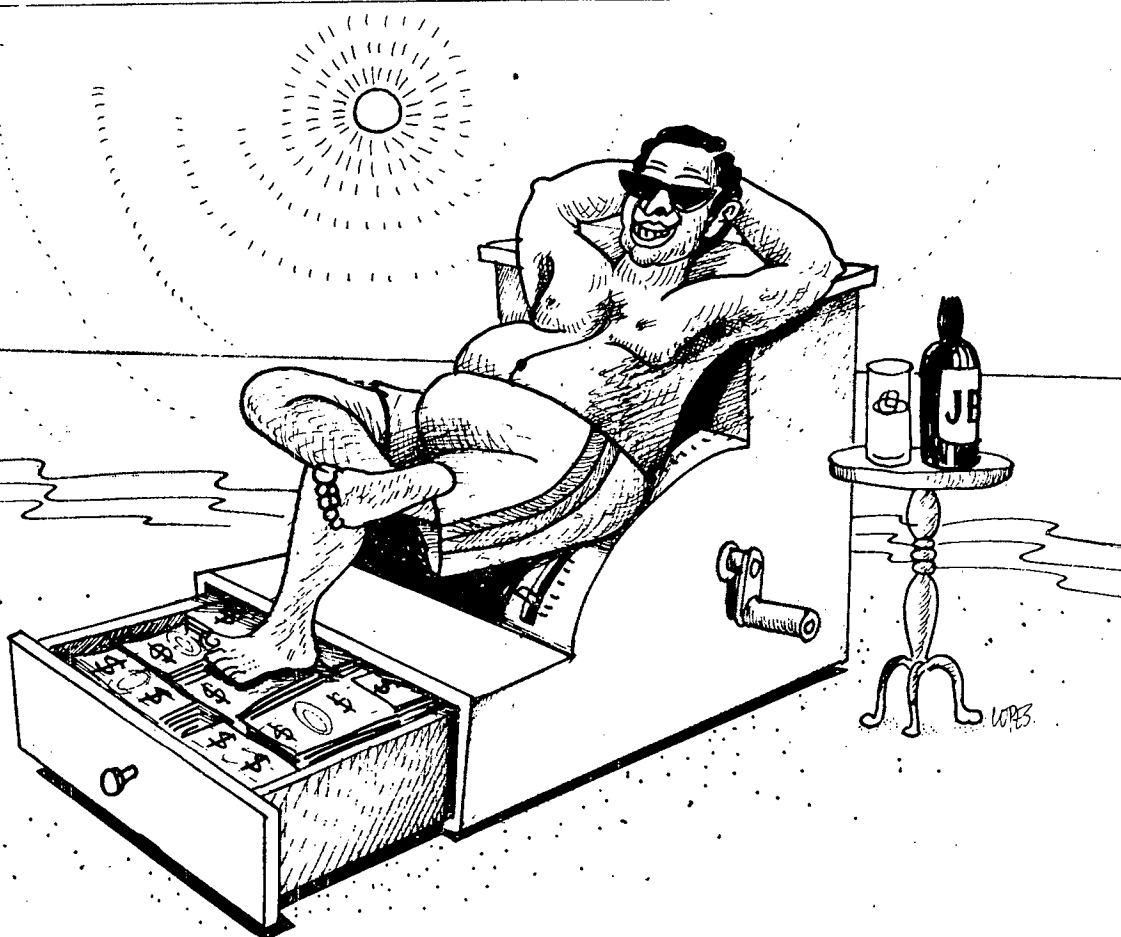
sidade de reequipamento do Exército. Estaremos, pois, ausentes do plenário três dias. A seguir, de 28 a 30 de agosto, faremos idêntica visita às instalações do comando do 1º Distrito Naval, no Rio. Pergunto: não estamos exercendo, na plenitude, nossa função parlamentar?"

De fato. Mas os jetons são um artifício criado para movimentar as sessões plenárias. Odacir discorda. Acha que o que há são as "sessões legislativas — das quais a reunião plenária é apenas uma das atividades". E prossegue: "O plenário é apenas o terminal dos projetos de lei e de emenda constitucional. As comissões técnicas, as especiais e as mistas são ramificações dessa reunião plenária. E elas se reúnem, frequentemente, no mesmo horário das sessões plenárias. Portanto, não estar no plenário não é sinônimo de 'gazeta'".

É possível. Mas há abundantes casos de parlamentares ausentes de Brasília — alguns mesmo no exterior —, que mesmo assim recebem tudo a que teriam direito se fossem assíduos. Odacir contra-ataca: "O parlamentar só vai ao exterior com licença da casa. Portanto, é fácil saber se está em missão ou em turismo. Quanto à viagem pelos Estados, ela se justifica pela necessidade de contato com as bases. O Congresso é integrado pelos partidos políticos. Não há outro meio de um cidadão tornar-se membro do Poder Legislativo senão através de um partido político. Portanto, partido e Congresso são um mesmo organismo. Ora, os compromissos de natureza partidária não podem ser arrolados como vadiagem. E há mais: muitas vezes, somos convidados a participar de seminários, conferências, palestras e entrevistas por todo o País. Vamos na condição de parlamentar, representando o partido e a instituição. Estamos, pois, a serviço".

Tudo bem. Nesse caso, porém, o jeton deveria mudar de nome. E deveria surgir uma fórmula para fiscalizar o que de fato o parlamentar está fazendo: se está com as bases ou, simplesmente, naquela base. O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) é mais intransigente: "Não há o que discutir: o jeton é uma gratificação por comparecimento ao plenário. Quem está ausente não pode recebê-lo. Esta é a lei. O resto tem outro nome". Não é só: há um artigo da Constituição que simplesmente cassa o mandato do senador ou deputado que falte a mais de um terço das sessões ordinárias. Se aplicado ortodoxamente, cassaria mais gente que todos os generais-presidentes da Velha República.

O senador Odacir Soares (PDS-RO) afirma que as sessões plenárias são apenas uma das atividades dos parlamentares. Eles também participam de comissões, que muitas vezes se reúnem no mesmo horário das sessões. Para o senador, portanto, não ir ao plenário não significa 'fazer gazeta'.



CARGO SENADOR DENOMINAÇÃO

COD	DENOMINAÇÃO	PRZO	VALOR
01	SUBSIDIO FIXO	CL	2.754.258
021	SUBSIDIO VARIÁVEL	99	3.369.233
097	DIARIAS DE COMP. SESSÕES	01	7.749.183
509	GR. ERAS. UNI. INT. PARL. CONT	99	27.842
607	TAXA DE LUZ SF	01	364.748
611	TAXA TELEFONE SF	01	174.559
717	ASS INTERFAM DE TURISMO	99	27.042
907	IPC CONTRIBUIÇÃO	CL	1.382.267

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRACHEQUE

24- VENCIMENTO 4.962.656 3-1-1 PENDA 2.601.822
20- REP. MENS 6.703.721

11.526.378

2.601.822

1.924.507

* 17 DE AGOSTO EM DIA DE VACINAÇÃO EM TOLÉ E BRASIL *

VENC. JUL/85 13.022.674 DESCONTOS 1.975.658 LÍQUIDO 11.047.016

Os salários dos ministros e senadores não chegam a ser expressivos. O que os torna mais atraentes são os ganhos indiretos, ou mordomias.